



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

WYLLYAN FERNANDES ANDRADE DE MENEZES

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: UMA ANÁLISE FINANCEIRA E SOCIAL DE
UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA
2018**

WYLLYAN FERNANDES ANDRADE DE MENEZES

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: UMA ANÁLISE FINANCEIRA E SOCIAL DE
UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a Ma. Ionara Stefani
Viana de Oliveira

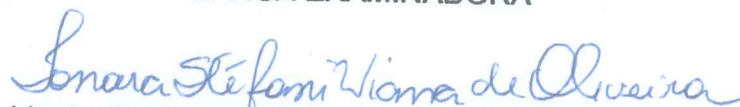
**JOÃO PESSOA
2018**

WYLLYAN FERNANDES ANDRADE DE MENEZES

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: UMA ANÁLISE FINANCEIRA E SOCIAL DE
UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



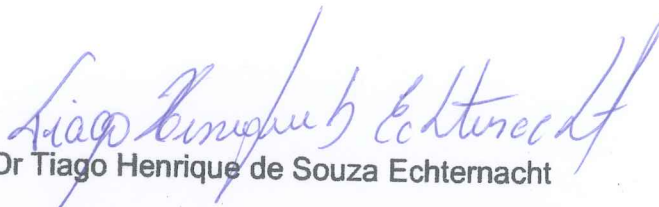
Presidente: Professora. Ma. Ionara Stefani Viana de Oliveira

Instituição: UFPB



Membro: Professora. Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo

Instituição: UFPB



Membro: Professor. Dr Tiago Henrique de Souza Echternacht

Instituição: UFPB

João Pessoa, 23 de outubro de 2018.

Dedico este trabalho a Deus em primeiro lugar, a minha amada família que é o meu maior patrimônio e aos professores que fizeram parte de toda a minha caminhada escolar e acadêmica, aos quais eu devo grande parte de todo o aprendizado e conhecimento que hoje possuo.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, em primeiro lugar, pelo seu amor incondicional, por conceder-me a oportunidade de apresentar este trabalho e ter me dado forças nos momentos mais difíceis durante a jornada acadêmica, quando enfrentei greves e problemas diários com disponibilização de transporte público de minha cidade no interior até a universidade o que me fizeram pensar em desistir, pela graça de ter me abençoado com a família que tenho, por colocar em meu caminho pessoas tão especiais e por me proporcionar mais esta conquista.

Aos amores de minha vida, minha esposa **Gesielle Fernandes** e minha filha **Lavinia Sophie**, por ser meu maior patrimônio e terem me encorajado e apoiado com as orações, amor, carinho e paciência com as minhas noites de ausências durante todo o curso.

Ao meu amado pai, **Wildemam Fernandes de Menezes**, que sempre acreditou e me encorajou nos meus estudos, seu exemplo de esforço e trabalho no sustento pela família. Partiu acreditando nos meus projetos e na esperança da minha vitória. Z

A minha avó **Conceição** que foi minha grande base de incentivo e financiamento dos meus estudos, partiu sem que eu tivesse chegado à conclusão deste curso, mas com a certeza da missão cumprida em favor de seu neto. Obrigado vovó, as palavras aqui escritas não poderão nunca retratar de fato o nosso coração agradecido.

À minha mãe, **Sandra Regina**, que sempre se dedicou para me educar moral e espiritualmente, que sempre se esforçou para não desistimos, mostrando o verdadeiro caminho, espiritual e social, razão pela qual cheguei até aqui.

Aos meus irmãos, **Wollace, Stephanie e Wesley**, pelo apoio e presenças alegres, por todo o reconhecimento e acreditarem no meu esforço.

Aos meus sobrinhos **Dimytri e Mayra** por todo o amor que transmitem em nossa família.

A **Zaba** e a **Maria de Lourdes** que sempre tiveram um carinho imenso e atenção especial durante toda a minha jornada escolar e acadêmica, o apoio e cuidado aqui foram palavras chave.

A professora **Ionara**, pela paciência, por ter acreditado que eu chegaria até o fim, pelo apoio e contribuição para o desenvolvimento deste trabalho que muito me impulsionou no meu desenvolvimento e ascensão profissional. Muito obrigado mesmo.

Aos amigos companheiros de sala, que estiveram comigo durante todo o curso, dividindo conhecimentos e alegrias e tristezas.

À Cooperativa de Crédito, pela oportunidade de realizar esse estudo, aos colaboradores e amigos, que compartilham comigo seus conhecimentos e experiências, pela essencial contribuição para a realização deste estudo.

A todos os meus familiares e amigos, que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse seguir em frente na concretização deste trabalho.

*“Feliz é o homem que persevera na
provação, porque depois de
aprovado receberá a coroa da vida,
que Deus prometeu aos que o
amam”.*

Tiago1:12

RESUMO

Este estudo foi realizado com o objetivo de verificar como uma cooperativa de crédito na cidade de João Pessoa contribui socioeconomicamente com o desenvolvimento regional. E, neste sentido, buscou-se, através da Cooperativa de Crédito levantar e comparar os dados econômicos e financeiros dos anos de 2015 a 2017, e verificar os seus resultados. Nesse contexto, este estudo procurou demonstrar os benefícios do cooperativismo de crédito como instrumento de desenvolvimento regional, como responsável pelo grande impacto econômico e social gerado por meio da intermediação financeira com os associados e de sua responsabilidade social financiada pelo seu resultado positivo. O estudo é de grande valia para a academia, para a sociedade e para todos que tenham interesse por ampliar seus conhecimentos sobre o cooperativismo de crédito e a sua contribuição para a região onde está inserido. A pesquisa atingiu os objetivos traçados, com a constatação de que o modelo cooperativo realiza a reciclagem dos recursos locais, evitando a transferência de economia para os grandes centros, oferta local de crédito contribuindo com o desenvolvimento econômico da região e a sua contribuição social efetiva.

Palavras-chave: Cooperativismo. Desenvolvimento Regional. Intermediação Financeira.

ABSTRACT

This study was carried out with the aim of verifying how a credit cooperative in João Pessoa city contributes socioeconomically to regional development. In this sense, it was sought, through the Credit Cooperative to raise and compare the economic and financial data from 2015 to 2017 and to verify its results. In this context, this study sought to demonstrate the benefits of credit cooperativism as a tool for regional development, as responsible for the great economic and social impact generated through financial intermediation with members and their social responsibility financed by their positive result. The study is of great value to the academy, to society and to all who have an interest in expanding their knowledge about credit cooperativism and its contribution to the region where it is inserted. The research reached the objectives set, with the finding that the cooperative model performs the recycling of local resources, avoiding the transfer of economy to the large centers, local credit supply contributing to the economic development of the region and its effective social contribution.

Keywords: Cooperativism. Regional Development. Financial Intermediation.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AGO	Assembléia Geral Ordinária
BACEN	Banco Central do Brasil
CMN	Conselho Monetário Nacional
FATES	Fundo de assistência técnica, educacional e social.
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
SFN	Sistema Financeiro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2 OBJETIVO	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 COOPERATIVISMO	14
2.1.2 Valores e Princípios	15
2.1.3 Cooperativismo de Crédito	17
2.2 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL	18
3 METODOLOGIA	21
3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA	21
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.3 UNIVERSO DA PESQUISA	21
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	23
4.1 SOBRE A COOPERATIVA	23
4.2 LEVANTAMENTOS DOS DADOS ECONÔMICOS, FINANCEIROS E SOCIAIS 2015-2017	24
4.2.1 Balanço Patrimonial	24
4.2.2 Demonstração de Sobras ou Perdas	25
4.2.3 Responsabilidade Social da Cooperativa	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30
ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL 2015	32
ANEXO B – BALANÇO PATRIMONIAL 2016	33
ANEXO C – BALANÇO PATRIMONIAL 2017	34
ANEXO D – DEMOSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2015	35
ANEXO E – DEMOSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2016	36
ANEXO F – DEMOSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2017	37

1 INTRODUÇÃO

A história do cooperativismo segundo Campos (2003) informa que, em meados de 1800 a Europa, em especial, a Alemanha atravessava uma grande crise econômica, motivada por vários fatores, entre eles o avanço da revolução industrial, o início do livre comércio, prejuízos com safras perdidas e a atuação desgovernada de agiotas.

Esse cenário encaminhou os camponeses alemães a buscarem empréstimos e financiamentos com juros altíssimos para suprirem as despesas anuais com agricultura já que as comunidades rurais alemãs eram muito mais carentes de assistência financeira do que o meio urbano. Tais fatos fomentaram a busca por meios alternativos de financiamento que aflorou o surgimento de movimentos baseados nos princípios da cooperação. Foi quando em 1849, na cidade de Flammersfeld, Fredrich Wilhelm Raiffeisen fundou uma caixa de socorro, (sociedade de auxílio mútuo) no intuito de aumentar e fomentar a oferta de crédito aos agricultores daquela região.

Tendo o homem como principal finalidade – e não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças (que trabalhavam até 16h) e do desemprego crescente advindo da revolução industrial. (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2018)

Uma cooperativa trata-se de uma organização de pessoas, unidas de forma democrática com objetivos específicos, viabilizando o desenvolvimento e bem comum dos que nela participam. Conforme OCB (2018) os princípios que regem o cooperativismo são os pilares dos valores das cooperativas e foram estabelecidos desde a fundação da primeira cooperativa em Rochdale, são eles: “adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.”

Meinen (2014) comentou que no Brasil na década de 90 em diante foi visto um expressivo crescimento no número de Cooperativas, onde o sistema financeiro cresceu em média 17,3% ao ano, enquanto as cooperativas de crédito avançaram em média 24,5% ao ano, levando-nos a observar a grande contribuição que esse

modelo traz para a vida econômica social de uma dada região, sobretudo com as oportunidades de participação de grupos minoritários e até mesmo de grandes conglomerados econômicos. Em uma Cooperativa de Crédito, todas as operações de créditos, aplicações, depósitos e produtos geram benefícios aos seus associados desde os preços e taxas mais justas, até a distribuição de resultados caso a Cooperativa tenha um saldo positivo ao final do exercício. Sendo assim, elas se retroalimentam, pois, cobram menos e devolvem as “sobras” todo ano aos seus associados.

Foi a partir desse cenário que o pesquisador sentiu a necessidade aprofundar e analisar a importância de uma Cooperativa de Crédito de uma região, sobretudo no sentido de buscar esclarecimentos e analisar os benefícios; eles ficam restritos apenas aos associados no sentido econômico financeiro e também no social, ou a comunidade como um todo, desde a empresa que fornece material de expediente até ao microempreendedor que possui um pequeno negócio no bairro ou até mesmo a cidade onde está inserida a Cooperativa.

Realizaremos uma revisão, resgatando desde a origem do cooperativismo até sua posição atual no mercado financeiro, mostrando mais profundamente o modelo cooperativista que possui uma filosofia que uni crescimento econômico e também bem-estar social.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do exposto o problema de pesquisa é: **Como o Cooperativismo de Crédito contribui econômica e socialmente para a região da sua atuação?**

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar como o Cooperativismo de Crédito contribui para o desenvolvimento socioeconômico de uma região.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Pesquisar e levantar dados econômicos e financeiros dos anos de 2015 a 2017 da Cooperativa de Crédito.
- Analisar os dados econômicos e financeiros da cooperativa durante os anos de 2015 a 2017.
- Verificar a contribuição econômica e social para os associados e a região como um todo que integra a área de atuação da Cooperativa de Crédito.

1.3 JUSTIFICATIVA

Nas últimas décadas com um forte crescimento e expansão do modelo cooperativista, observa-se a importância de se aprofundar mais sobre os benefícios que na maioria das vezes passam despercebidos pelos associados e pela comunidade em geral. Acostumados com o modelo das instituições financeiras mais comuns como bancos e financeiras, o grau de interesse e curiosidade de como os recursos voltam para os usuários e as comunidades são extremamente baixas.

Desta forma, criou-se a oportunidade de pesquisar e explicitar o círculo virtuoso do cooperativismo, onde os investimentos e movimentações financeiras dos associados sejam eles pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas desde que aplicados em uma cooperativa de crédito, será redistribuído dentro da região onde está inserida.

Logo, estes gerarão renda, aumento do poder aquisitivo da população, aumento do faturamento das empresas, as empresas investirão mais, ofertarão novas vagas de empregos, gerará arrecadações de impostos pelo poder público e o resultado final será um crescimento efetivo na qualidade de vida na área de atuação da cooperativa, considerando para este cenário que o resultado da cooperativa seja positivo ao final do exercício

Sendo a ciência contábil, uma ciência capaz de evidenciar, demonstrar e fornecer a situação patrimonial neste caso de uma cooperativa de crédito, a mesma terá o papel fundamental de nos abastecer de informações reais e confiáveis, através dos demonstrativos, informações essas que servirão de norte para explorarmos o tema escolhido.

Até o ano de 2008 a cooperativa de crédito tinha o seu público único e exclusivamente de médicos e profissionais da saúde, tendo o Banco Central nesse ano autorizado a expansão desse público passando a ter livre admissão de associados. Esse evento marcou um período de crescimento exponencial, no que diz respeito aos seus aspectos mensuráveis, como número de associados, operações, depósitos à vista e a prazo, voltando a ter um crescimento mais constante a partir de 2012, motivo pelo qual o triênio 2015-2017 foi escolhido para o presente estudo.

A presente pesquisa tem por finalidade gerar conhecimentos e novas ideias de forma a propagar os benefícios da vertente cooperativista e sua contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária, servindo de base e ponto de partida para outros trabalhos e pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto.

Contribuirá também com estudos futuros sobre a importância do modelo cooperativista para a sociedade e espera esclarecer que no cooperativismo o maior protagonista é o associado (usuário-dono). O pesquisador por fazer parte do quadro de colaboradores da Cooperativa de Crédito há quase 8 anos, espera contribuir e tornar a pesquisa mais produtiva.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será abordada a definição de cooperativismo, seu objeto, finalidade, usuários, seus valores e princípios, assim como a sua chegada ao Brasil e seu contexto histórico no país até os dias atuais.

A revisão bibliográfica deste estudo foi elaborada por meio da utilização de livros de autores que abordam os assuntos objeto da pesquisa, como também pela utilização de relatórios e demonstrações contábeis, informações divulgadas no site do Sicredi e de informações disponíveis na internet, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos e o embasamento teórico para o desenvolvimento do estudo.

2.1 COOPERATIVISMO

A história do cooperativismo retrata que as primeiras cooperativas de crédito surgiram na Europa, o ideal cooperativista avançou de forma rápida e alcançando outros continentes. As maiorias dos contextos históricos relacionados ao surgimento das cooperativas são facilmente encontradas em literaturas, na internet e diversas publicações em todo o mundo.

Em 1844, os pioneiros de Rochdale, ao se organizarem propondo a união de uma economia voltada para a ajuda mútua, acreditavam no associativismo como forma de contornar a exploração que sofriam sob o sistema capitalista (condições desumanas de trabalho com jornadas de trabalho exaustivas e salários precários). Foi nesse movimento dos pioneiros de Rochdale que o cooperativismo encontrou forma e consistência até chegar aos dias atuais, mundialmente ganhou força com a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1985, cuja missão é representar, congregar e defender o movimento cooperativista (SANTOS, 2008).

A ideia, o fundamento de Rochdale foi de fato consolidado, com a grande necessidade de um grupo de tecelões, organizados e unidos tentando superar problemas básicos comuns de subsistência e de natureza econômica. (Portal do Cooperativismo, 2018)

Com a enorme contribuição dessas regras e ideias postas em prática, o modelo cooperativista alcançou a sua disseminação por vários países dos mais variados tipos de atividades econômicas, consolidando efetivamente em uma escada importante na escada socioeconômico mundial.

Conforme a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) – entidade máxima do movimento cooperativismo global -, “COOPERATIVA é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender as suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada” (Congresso Centenário da ACI. Manchester – Inglaterra, setembro de 1995, apud MEINEN, 2012, p. 29).

2.1.1 Valores e Princípios

O cooperativismo de crédito atinge a todas as classes sociais, promove a educação econômica e financeira dos seus cooperados. Os recursos arrecadados pelas cooperativas são aplicados na comunidade, promovendo o fortalecimento do espírito cooperativista (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2018)

O cooperativismo é formado por valores e princípios que juntos se apresentam a sociedade como uma ilibada entidade democrática, mesmo o capital sendo o instrumento determinante da participação de pessoas com suas decisões associativas, ele não passa de um elemento que será usado para a concretização dos valores e objetivos, Meinen (2012, pag. 30) cita esses valores:

- Solidariedade – base sólida do cooperativismo, justificada pelo interesse comum, responsabilidade e respeito de uns para com os outros.
- Equidade – se manifesta pela imparcialidade, está na alma do cooperativismo, tanto pelos aspectos econômicos como sociais.
- Liberdade – a liberdade permite aos associados retirarem-se do empreendimento no momento que lhe for conveniente e também aos pretendentes de tornarem-se cooperados por livre e espontânea vontade, respeitando os limites estabelecidos por todos.
- Democracia – é o valor que assiste ao associado participar de todas as atividades da cooperativa, principalmente pela palavra e pelo voto.
- Igualdade – de mesmos direitos e as mesmas obrigações para todos, independentemente de condição socioeconômica, raça, cor, gênero ou sexo, opção religiosa e qualquer outra condição ou preferência pessoal.

- Responsabilidade – os associados são responsáveis pelos seus atos dentro do universo da cooperativa, em relação aos seus deveres e obrigações, respeitando as regras e estatutos adotados coletivamente.
- Honestidade – relacionado a pessoas probas e com caráter elevado.
- Transparência – clareza no meio corporativo, os associados precisam e devem ter conhecimento sobre a entidade.
- Responsabilidade Socioambiental – preocupação com o equilíbrio do meio ambiente e desenvolvimento econômico social da área de atuação da cooperativa.

No ano de 1995 a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que é um organismo mundial que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas, analisou, debateu e votou, escolhendo e mudando os Princípios Cooperativistas, vigentes desde 1966. Em vista disso, Santos (2008), aborda os princípios que hoje norteiam e regem o cooperativismo, são eles:

1º - Adesão Livre e Voluntária – As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa.

2º Gestão Democrática – As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

3º Participação Econômica - Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros podem receber, habitualmente, havendo condições econômicas financeiras para tanto, uma remuneração sobre o capital integralizado, como

condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando a formação de reservas, em parte indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos associados.

4º Autonomia e Independência - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5º Educação, Formação e Informação - As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º Intercooperação - As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Interesse pela Comunidade - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

São esses os princípios que sustentam a ideia cooperativista na sociedade cooperativa e que fazem diferenciar dos demais modelos a exemplo do capitalismo.

2.1.2 Cooperativismo de Crédito

As cooperativas de crédito são instituições financeiras, sociedades de pessoas, com natureza jurídica própria, de natureza civil, sem fins lucrativos e não

sujeitas a falência, constituídas com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados. Regida pelo disposto nas Leis nºs 5.764 de 16.12.71 e 4.595, de 31.12.1964, nos atos normativos baixados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo seu estatuto social.

As Cooperativas de Crédito possuem classificações e segundo Sousa (2006, p. 59), “Uma cooperativa assim constituída, que tem como objetivo a associação de pessoas físicas e jurídicas na forma disposta em lei, é chamada cooperativa “singular” ou de primeiro grau. Podem ser formadas também cooperativas de segundo e de terceiro graus. As de segundo são geralmente chamadas de Federações ou Cooperativas Centrais (no caso do segmento de crédito) e as de terceiro grau de Confederações. “As Federações têm como associadas cooperativas singulares, enquanto que as Confederações associam as Federações ou cooperativas de segundo grau, sendo que a função básica de ambas é a prestação de serviços às demais cooperativas, suas associadas”.

Durante o século XX, o cooperativismo de crédito viveu duas fases distintas. Até meados dos anos 50, as duas Guerras Mundiais dificultaram sua expansão pelo mundo. Após a década de 1950 e principalmente depois dos anos 60 o movimento teve grande evolução. Na década de 1970, foi criado o Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito (*World Council of Credit Unions, Woccu*). Em 2018, mais de 68 mil cooperativas de crédito, de 109 países espalhados em seis continentes são filiadas ao Conselho Mundial. Ao todo, elas atendem mais de 235 milhões de associados e administram cerca de U\$ 2,5 trilhões em ativos totais. O Conselho possui o desafio de nos próximos dois anos atrair 50 milhões de novos associados para as cooperativas filiadas ao Conselho Mundial até 2020 – principalmente jovens e mulheres. (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2018)

2.2 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

O Cooperativismo de crédito rural chegou ao Brasil no início do século XX. Através de trabalhos importantes realizados pelos religiosos de origem europeia, essa época teve o seu marco importante na história do cooperativismo de crédito no Brasil. Pode-se perceber pela grande quantidade de cooperativas de crédito no sul do país, berço de grande parte de imigrantes europeus que ali se instalaram desde a chegada no Brasil. Segundo Meinen (2012, p 105) a primeira cooperativa de crédito

rural do Brasil surgiu em 1902: a Caixa Rural de Nova Petrópolis foi constituída no estado do Rio Grande do Sul com a grande participação do jesuíta Theodor Amstad, suíço de nascença, mas ordenado padre na Inglaterra. A iniciativa e apoio de Amstad contribuíram com nascimento de mais 37 cooperativas, onde algumas delas ainda se encontram ativas até hoje.

Nas primeiras décadas do século, nasceram várias cooperativas de crédito no sul e sudeste do país. Esse processo fez com que o governo brasileiro estabelecesse uma legislação visando normatizar o funcionamento dessas cooperativas. Em 1926, a promulgação do Decreto n.17.399 demonstra que as cooperativas de crédito tipo Caixas Rurais Raiffeisen e Bancos Luzzatti já possuíam uma importância na sociedade que não podia ser desconsiderada.

O Decreto nº 17.339, de 2 de junho de 1926, aprovou o regulamento destinado a reger a fiscalização gratuita da organização e do funcionamento das caixas rurais Raiffeisen e banco Luzzatti. Coube, então, ao Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a tarefa de fiscalizar as cooperativas de crédito. (PINHEIRO, 2008, p.26).

Em 1932, o Decreto-Lei 22.239 deu um novo ordenamento legal ao funcionamento das cooperativas de crédito e das seções de crédito no país. Esse fato serviu de impulso, visto que as cooperativas de créditos passaram a ser mais conhecidas pelos brasileiros na década de 40 e 50. Com este Decreto percebemos por um momento a tentativa do Estado Novo em expandir o cooperativismo no país, contudo não proporcionou autonomia total.

Segundo Meinen (2012, p 105), nessa época, em que o movimento cooperativo também teve forte apoio institucional/governamental, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), através da Lei nº 1.412, de 13/08/1951, instituição que, por longos anos, foi uma importante fomentadora e apoiadora do cooperativismo de crédito, fazendo surgir novas cooperativas, além de permitir a integração das entidades do sistema financeiro, garantindo a compensação de cheques e outros papéis e assegurando remuneração em escala para as sobras de caixa.

Atualmente as cooperativas de crédito no país estão organizadas em sistemas e os principais deles são o Sicoob, o Sicredi e o Unicred. É importante citar os dois Bancos cooperativos do Brasil, em funcionamento o Banco Cooperativo

Sicredi S/A, com sede em Porto Alegre-RS e o Banco Cooperativo do Brasil S/A, com sede em Brasília-DF são instituições financeiras de direito privados e juridicamente independentes das cooperativas singulares que formam o sistema do qual participam (SOUSA, 2006).

De acordo com Meinen (2012, p. 117)

O padrão normativo aplicável às cooperativas de crédito, sem nenhuma dúvida, é um dos mais sofisticados e permissivos do mundo. Com efeito, desconhece-se outro país que trate o setor com tanta generosidade como o Brasil, permitindo a um só tempo o acesso ilimitado ao portfólio negocial e operacional próprio do sistema financeiro e o desfrute de substanciais prerrogativas plenamente justificáveis, registre-se no campo tributário.

Pode-se então admitir que na mesma proporção que o cooperativismo de crédito vem ganhando espaço no mercado financeiro e em números de associados, o rigor e controle principalmente a regras de governança, supervisão e controles vêm aumentando, mostrando que a adequada gestão dos recursos no meio cooperativo é realidade, trazendo segurança aos usuários “associados” e comunidade em geral.

“Em 2017 o número de cooperados cresceu 8%, com média de 60 mil novos cooperados por mês. Destaca-se o maior percentual de aumento entre as pessoas jurídicas, embora as pessoas físicas representem 88% do total.” (PANORAMA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, 2017)

3 METODOLOGIA

A metodologia demonstra o que será estudado na pesquisa e de que forma será resolvido o problema proposto no presente trabalho (GIL, 1991).

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

Quanto aos objetivos, se apresenta como uma pesquisa exploratória e explicativa já que iremos abordar de forma empírica as questões levantadas no ambiente e objeto de estudo.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Quanto aos procedimentos a serem adotados, a presente pesquisa será bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois conforme Gil (1991, p.71) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Desta forma estaremos organizando ideias e registros consoantes ao presente estudo, provenientes de trabalhos e literaturas já publicadas.

Documental, pois serão analisadas informações de documentos, relatórios e trabalhos da própria Cooperativa, pois consoante Ludke e André (1986) “A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Quanto à natureza da pesquisa adotou-se como procedimento a pesquisa quantitativa, que segundo Oliveira (1999), a pesquisa quantitativa entende-se como quantificar os dados ou informações coletados através de métodos estatísticos, procura descobrir as relações entre as variáveis, bem como a relação de causalidade entre os fenômenos: causa e efeito.

3.3 UNIVERSO DA PESQUISA

O presente trabalho constitui-se em um estudo de caso desenvolvido em uma Cooperativa de Crédito na cidade de João Pessoa, levantando os dados financeiros dos anos de 2015 a 2017.

A pesquisa será estruturada pelos demonstrativos contábeis e financeiros, mais precisamente do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Sobras e Perdas, bem como análises a serem efetuadas no direcionamento dos recursos, tratando-se de Responsabilidade Social e socioambiental, Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES).

A análise das Demonstrações Contábeis é um dos instrumentos para gerenciamento de uma empresa ou entidade, proporcionando aos usuários um acompanhamento periódico das operações e andamento da empresa, permitindo-lhes tomar decisões de correções ou prevenção sobre ocorrências futuras. Com o conjunto de informações e análise das informações geradas, pode-se tomar medidas como, melhorias na quantidade e na qualidade dos produtos e serviços prestados. Sendo assim, “pela Análise de Balanço extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.” (ASSAF NETO, 2010, p.35).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os dados coletados que possibilitaram a análise do estudo. Primeiramente, foi necessário o levantamento dos dados econômicos e financeiros dos anos de 2015 a 2017. Em seguida se desenvolveu uma comparação entre os mesmos, e por último, uma análise dos ganhos obtidos pela instituição e o ganho de cunho social pelos associados, colaboradores e comunidades da área de atuação da cooperativa.

4.1 SOBRE A COOPERATIVA

Localizada na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, a cooperativa foi constituída em Assembléia Geral de 19 de dezembro de 1990, dando os primeiros passos de cooperativismo de crédito em João Pessoa na capital do estado. Com homologação aceita pelo Banco Central em 10 de fevereiro de 1993, e caracterizada como do tipo Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados no ano de 2008. A Cooperativa é voltada para prestar diversos serviços financeiros, oferecer soluções e assessoria financeira, e viabilizar os projetos sociais e econômicos dos seus cooperados.

De acordo com o site daSicredi, a cooperativa possui sede no município de João Pessoa e demais municípios que fazem parte sua área de atuação como, Alagoa Grande, Alagoinha, Alhandra, Araçagi, Baía da Traição, Bananeiras, Bayeux, Belém, Caaporã, Cabedelo, Caiçara, Caldas Brandão, Capim, Conde, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Cuitegí, Curral de Cima, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Gurinhém, Itabaiana, Itapororoca, Jacaraú, Jacumã, Juarez Távora, Juripiranga, Lagoa de Dentro, Logradouro, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mari, Mataraca, Mogeiro, Mulungú, Pedras de Fogo, Pedro Régis, Pilar, Pilõezinhos, Pirpirituba, Pitimbu, Riachão do Poço, Rio Tinto, Salgado de São Félix, Santa Rita, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé, Serra da Raiz, Sertãozinho, Sobrado, Solânea e Tacima.

4.2 LEVANTAMENTOS DOS DADOS ECONÔMICOS, FINANCEIROS E SOCIAIS 2015-2017

4.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma fotografia em que aparecem os valores de todos os bens e direitos que formam o Ativo da empresa, representando a situação de uma determinada organização, estando relacionado a uma data que retrata a sua situação econômica e patrimonial e de todas as dívidas e compromissos a pagar que constituem o seu Passivo, e, por último, o total dos recursos pertencentes aos proprietários, denominados de Patrimônio Líquido.

Conforme Hoji (2001, p 252), o Balanço Patrimonial demonstra a situação estática da empresa em determinado momento. Cada empresa pode determinar a data de encerramento do balanço conforme as suas conveniências. A partir da análise dos balanços da cooperativa, conforme anexos A, B, C do triênio de 2015 a 2017, verificamos que ao fim de 2017, ocorreu um aumento de R\$ 246.570.608,70 (duzentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e oito reais e setenta centavos), correspondente a 27,9% do total do ativo, com base no balanço de 2015 no anexo A.

Tal crescimento foi devido principalmente ao aumento da conta relações interfinanceiras, que são os resultados dos serviços de compensação de cheques, de créditos vinculados e repasses interfinanceiros, sendo que em 2016 teve uma elevação de 46,86% e de 2015 a 2017 de 97,60%. Por outro lado, houve uma oscilação na conta de operações de crédito, de 2015 a 2017 de 104,17%. Onde de 2015 a 2016 o aumento foi de 52,78%, vindo a encolher no período de 2016 a 2017 para 33,64%. Isso explica a diminuição na provisão para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista que em 2017 teve uma oscilação negativa de -13,13% em relação a 2010. No Passivo a maioria dos recursos são provenientes dos depósitos efetuados pelos associados. A maioria dos depósitos feitos pelos associados estão aplicados em depósitos à prazo, que em 2016 haviam crescido 13,32% e que até 2017 cresceram 7,21%, tendo um crescimento no triênio de 21,49%. O Patrimônio Líquido está composto principalmente por capital social e por reserva de lucros.

Observamos também um aumento do Patrimônio Líquido de R\$ 67.650.202,70 (sessenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta mil, duzentos e dois

reais e setenta centavos), no ano de 2017, comparado a 2015, equivalente a uma variação de 26,6%, conforme anexos A, B e C.

4.2.2 Demonstração de Sobras ou Perdas

Em uma sociedade cooperativa, as movimentações decorrentes de atos cooperativos são contabilizadas como ingressos (receitas) e dispêndios (despesas) gerando sobras ou perdas (resultado). No entanto, quando se tratar de ato não cooperativo as movimentações aparecerão como despesas, receitas, lucro ou prejuízo (SANTOS, 2008).

Analisando as demonstrações nos anexos D, E e F, verificamos os totais dos resultados dos exercícios dos anos de 2015 a 2017 a serem destinados aos associados através da Assembléia Geral Ordinária, onde o conselho de administração apresenta aos associados à proposta de distribuição das sobras que sugere a forma de distribuição proporcional a sua participação nos produtos e serviços utilizados da cooperativa. Cabe aos associados aprovarem ou sugerirem nova proposta, uma vez que os mesmos são donos do negócio. Sabe-se que a participação do associado é muito importante para o crescimento da cooperativa.

Verifica-se que os resultados da cooperativa durante o triênio exposto foram positivos, havendo apenas houve uma pequena oscilação prevista de - 8,28% de 2015 a 2017, conforme consta nos anexos D, E e F, oscilação explicada pela grande crise política e econômica em que o país continua a atravessar desde meados de 2014. A cooperativa de crédito analisada contribui o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, pois durante o período de 2015 a 2017, foram distribuídos mais de R\$ 67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais), deixando notória a importância da cooperativa de crédito.

4.2.3 Responsabilidade Social da Cooperativa

As Cooperativas de Crédito têm como um de seus valores a responsabilidade social, por serem sociedades de pessoas, constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, prestam também serviços comuns a sociedade, visando diminuir desigualdades sociais, facilitando o acesso aos serviços

financeiros, difundir o espírito da cooperação e estimular a união de todos em prol do bem-estar comum.

Exercem também um papel muito importante no que diz respeito às questões de educação cooperativista e, em especial, a orientação financeira dos seus associados. A alocação dos recursos na própria comunidade, por meio da distribuição dos resultados e do direcionamento dos programas de responsabilidade social, denota o cuidado e a relevância da aproximação com a comunidade.

Com a destinação de 0,5% dos resultados líquidos positivos da cooperativa aprovados em AGO para o fundo de responsabilidade social, foi alocado ao longo desses três anos o valor total de R\$ 233.052,52, valor esse utilizado pela cooperativa em ações tomadas em prol dos colaboradores, associados e principalmente da comunidade, são eles:

- Curso de Embelezamento (corte e escova) - Atendeu 20 jovens do sexo feminino e masculino, com uma faixa etária de 17 aos 29 anos. Apresentando ao longo do curso uma taxa de evasão de 10%. O curso ofereceu ao aluno condições de adquirir conhecimentos básicos na área de beleza por meio de conceitos e técnicas básicas de corte e escova. Proporcionando meios para que os alunos tenham habilidades com as técnicas inerentes à profissão. Foi verificado que as ações desenvolvidas nos três meses e meio com os jovens do curso de embelezamento, foram executadas de forma adequada seguindo planejamento, datas, prazos, responsáveis e sempre buscamos ofertar uma qualificação prática, baseada em módulos teórico/prático.
- Educação Financeira Infantil - O projeto ocorreu na Escola São José, localizada próxima à Cooperativa, que atende crianças carentes do bairro da Torres e comunidades vizinhas. Houve encontros mensais, sempre na última sexta-feira do mês, com seis encontros anuais em seis meses. As aulas foram ministradas para crianças com idade de 10 anos, cursando o 5º ano do ensino fundamental, no período da manhã e tarde com cerca de 60 alunos, no total. Cada aula teve duração de 40 minutos, com uso de projeções, material didático, vídeos e realização de projetos em sala de aula.

- Concurso de Redação - Concurso de Redação em escolas públicas premiando os melhores trabalhos com um computador. Os temas propostos serão relacionados ao Cooperativismo de Crédito, a própria cooperativa e responsabilidade Social.
- Concurso Fotográfico - Escolha de fotos do Calendário anual da Cooperativa. Onde os associados enviam fotos retratando o ambiente/paisagem retratando a região onde a cooperativa está inserida, possibilitando, no entanto, maior divulgação dos trabalhos produzidos pelos associados.
- Simpósio de Cooperativismo de Crédito “Simcredito” - Evento social e educativo palestras relevantes para os cooperados da cooperativa.
- Natal Solidário - Doação de brinquedos ao final do ano com crianças carentes através da participação de associados e colaboradores.
- Unircirco - Projeto de integração funcional onde os colaboradores participaram de atividades circenses, com estímulo ao trabalho em equipe, incentivo à confiança, profissionalismo e treinamento como recurso educativo de engrandecimento pessoal e profissional.
- SIM – Seminário de Integração e Motivação - Encontro lúdico para a integração das equipes, como o estímulo à criatividade, ao trabalho em grupo e a formação de novas lideranças.
- Faculdade de Conhecimento - Cada responsável por um setor da Cooperativa ministra uma aula apresentando o trabalho da área, responsabilidades e processos. Com uma média de 8 horas diária as aulas são ministradas numa faculdade com o objetivo de propiciar uma visão de conjunto da cooperativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas de crédito são instituições financeiras formadas através da associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Sendo assim, os associados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços.

Com a finalidade de disponibilizar crédito e moeda por meio da mutualidade e da poupança, ou seja, eliminar o intermediário na captação de recursos, nos investimentos e na concessão de empréstimos, fazendo do tomador e do investidor uma só pessoa, as Cooperativas de Crédito captam recursos junto aos seus associados e disponibilizam através de empréstimos a outros associados. Nelas os associados encontram os principais serviços disponíveis nas instituições bancárias, como aplicações financeiras, conta-corrente, cartões de crédito, empréstimos e financiamentos.

Os associados têm poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa e não tem como finalidade principal o lucro e os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária.

Através de uma cooperativa de crédito, o cooperado consegue e possui acesso a atendimento personalizado para suas necessidades e os resultados positivos das cooperativas são conhecidos como resultados e são repartidos entre os cooperados em proporção com as operações que cada associado realiza com a cooperativa. Assim, os ganhos voltam para a comunidade dos associados.

Portanto, com o objetivo de evidenciar a contribuição e os ganhos econômicos e sociais de uma cooperativa de crédito, este estudo levantou dados através das demonstrações financeiras referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017. Também foram analisados os dados relativos ao fundo de responsabilidade social da cooperativa pelo mesmo período e as ações tomadas, tendo como financiamento e apoio essa determinada verba.

Com a análise dos dados foi possível tecer algumas considerações que possibilitam um melhor entendimento do objeto estudado. Que o cooperativismo de crédito tem a sua pujante parcela como a contribuição para o desenvolvimento da comunidade onde está inserida e que no caso estudado pudemos verificar que durante o período de 2015 a 2017, foram distribuídos mais de R\$ 67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais), deixando notória a importância da cooperativa de

crédito, que na contramão dos bancos da praça, devolveram grande parte dos depósitos para a comunidade, realizando a intermediação financeira de forma a maximizar a reciclagem dos recursos que são poupados direcionando-os para o investimento e contribuindo para o desenvolvimento regional, gerando mais depósitos em um ciclo virtuoso.

Se levarmos em consideração esse mesmo cenário e que todos os associados não tivessem utilizado a cooperativa de crédito estudada e sim as demais instituições como os bancos, os resultados seriam destinados e distribuídos apenas com os acionistas e com certeza em uma região diferente da área de atuação da cooperativa.

Sugere-se para futuros estudos, além de novos trabalhos com a mesma abordagem tendo como objeto de estudo de caso outras cooperativas de crédito, temas ligados à importância da atuação das cooperativas em projetos sociais, a facilitação do acesso ao crédito para população em geral ou determinadas classes, já que nem todas as cooperativas de crédito são de livre admissão e a distribuição de resultados no desenvolvimento da região.

REFERENCIAS

ARRUDA, Alessandro Gustavo Souza. **Estruturas de governança em redes de cooperativas de crédito**: A evolução institucional das cooperativas brasileira e canadenses. Brasília: CONFEBRAS, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanço**: enfoque econômico financeiro. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BCB. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2018.

CAMPOS, Armando. **Plexo Normativo das Cooperativas de Crédito**. Brasília: OAB Editora, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília: CONFEBRAS, 2012.

_____. **O cooperativismo financeiro percurso histórico, perspectiva e desafios**. Brasília: CONFEBRAS, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: Teoria, Método e Criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. 2ª ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

ORGANIZAÇÃO das Cooperativas Brasileiras. **O que é Cooperativismo?** Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito**: História de evolução normativa no Brasil. 6 Ed. Brasília: BCB, 2008.

PORTAL Cooperativismo Financeiro. **A expressão do cooperativismo de crédito no mundo**. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**: aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Rafael Bernardino de. **Cooperativas de crédito**. João Pessoa: Universitária UFPB, 2006.

ANEXO A

BALANÇO PATRIMONIAL 2015

BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO					
Em 31.12.2015			Em R\$ 1,00		
ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
ATIVO CIRC. E REALIZÁVEL L. P.	848.383.410,71	704.492.754,84	PASSIVO CIRC. E EXIGÍVEL L.P.	629.617.594,02	496.221.594,13
DISPONIBILIDADE	1.916.983,67	3.479.001,03	DEPÓSITOS	575.812.054,44	456.616.510,10
Caixa	1.825.069,50	1.513.992,78	Depósito à Vista	82.439.268,80	85.723.951,59
Depósitos Bancários	91.914,17	1.965.008,25	Depósitos Sob Aviso	9.557.809,11	14.398.008,62
Relações Interfinanceiras	238.628.710,61	153.629.130,62	Depósito a Prazo	483.814.976,53	356.494.549,89
Centralização Financeira	238.628.710,61	153.629.130,62			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	584.471.147,08	528.568.585,29	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	766.167,11	923.045,48
Empréstimos e Títulos Descontados	516.762.616,88	451.239.404,82	Recursos em Trânsito de Terceiros	766.167,11	923.045,48
Financiamentos	85.581.571,40	89.619.540,52			
Provisões p/ Op. de Crédito	(17.873.041,20)	(12.290.360,05)			
OUTROS CRÉDITOS	22.698.438,39	16.550.297,41	OUTRAS OBRIGAÇÕES	53.039.372,47	38.682.038,55
Rendas a Receber	5.173.771,96	3.516.969,21	Cobrança Arrecadação de Tributos	87.322,22	82.314,93
Diversos	17.596.800,11	13.033.328,20	Obrigações Sociais e Estatutárias	27.078.412,72	21.714.440,85
Provisões p/ Outros Créditos	(72.133,68)	-	Fiscais e Previdenciários	5.690.637,96	5.601.803,94
OUTROS VALORES E BENS	668.130,96	2.265.740,49	Diversos	20.182.999,57	11.283.478,83
Outros Valores e Bens	637.792,26	2.255.196,64			
Despesas Antecipadas	30.338,70	10.543,85			
PERMANENTE	35.166.980,61	27.681.052,20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	253.932.797,30	235.952.212,91
Investimento	21.082.234,31	18.102.787,09	Capital Social	199.657.015,48	181.611.742,19
Imobilizado	13.641.537,46	9.411.027,12	Reserva de Sobras	33.215.196,19	27.599.040,02
Diferido	365.901,84	65.000,00	Sobras/Perdas do Exercício	21.060.585,63	23.237.096,71
Intangível	77.307,00	102.237,99	Sobras/Perdas de Exercícios Anteriores	-	3.504.333,99
TOTAL DO ATIVO	883.550.391,32	732.173.807,04	TOTAL DO PASSIVO	883.550.391,32	732.173.807,04
João Bezerra Júnior Diretor Presidente			Paulo Valério Nóbrega F. de Melo Diretor Administrativo		
			João Alfredo Falcão da Cunha Lima Diretor Financeiro		
			Marcelina Félix dos Santos CRC-PB 8288/O-5 - CPF 043.354.464-38		

Fonte: Relatório de Atividades de 2015. Sicredi João Pessoa (PB)

ANEXO B

BALANÇO PATRIMONIAL 2016

BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015 REPRESENTADO	PASSIVO	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015 REPRESENTADO
CIRCULANTE		660.794	540.207	CIRCULANTE		171.629	156.842
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	1.359	1.917	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	120.657	110.544
		1.359	1.917	Depósitos à Vista		91.764	82.439
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		350.462	238.629	Depósitos a Prazo/Sob Aviso		28.893	28.105
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	350.462	238.629				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	290.715	284.926	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIA		1.748	766
Operações de Crédito		304.109	293.639	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.748	766
(Provisão Op. de Créd. de Liquidação Duvidosa)		(13.394)	(8.713)				
OUTROS CRÉDITOS		17.315	14.067	OUTRAS OBRIGAÇÕES		49.224	45.532
Rendas a Receber		7.122	5.174	Cobrança e Arrecadação de Tributos		95	87
Diversos	(NOTA 06)	10.303	8.965	Sociais e Estatutárias		30.137	27.078
(Provisão p/ Out. Créd. de Liquidação Duvidosa)		(110)	(72)	Fiscais e Previdenciárias		6.014	5.691
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 07)	943	668	Diversas	(NOTA 11)	12.978	12.676
Outros Valores e Bens		900	638				
Despesas Antecipadas		43	30				
				NÃO CIRCULANTE		537.774	472.775
NÃO CIRCULANTE		346.200	343.343	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		537.774	472.775
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		346.200	343.343	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	527.227	465.268
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	292.407	299.545	Depósitos a Prazo		527.227	465.268
Operações de Crédito		305.879	308.705	OUTRAS OBRIGAÇÕES		10.547	7.507
(Provisão Op. de Créd. de Liquidação Duvidosa)		(13.472)	(9.160)	Diversas	(NOTA 11)	10.547	7.507
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06)	15.303	8.632				
Diversos		15.303	8.632	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		297.591	253.933
INVESTIMENTOS	(NOTA 08)	24.732	21.082	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 13)	234.770	199.657
Outros Investimentos		24.732	21.082	De Domiciliados no País		290.276	248.409
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 09)	13.637	13.925	(Capital a Realizar)		(55.506)	(48.752)
Imóveis de Uso		12.874	13.301	RESERVAS DE SOBRAS		39.448	33.215
Outras Imobilizações de Uso		5.125	4.193	Reserva de Lucros		39.448	33.215
(Depreciação acumulada)		(4.362)	(3.569)				
INTANGÍVEL	(NOTA 09)	121	159	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(NOTA 13)	23.373	21.061
Outros Ativos Intangíveis		1.197	1.117	Sobras/Perdas acumuladas		23.373	21.061
(Amortização acumulada)		(1.076)	(958)				
TOTAL DO ATIVO		1.006.994	883.550	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.006.994	883.550

João Bezerra Júnior
Diretor Presidente

Paulo Valério Nóbrega F. de Melo
Diretor Administrativo

João Alfredo Falcão da Cunha Lima
Diretor Financeiro

Marcelina Félix dos Santos
CRC-PB 8288/O-5 - CPF 043.354.464-38

Fonte: Relatório de Atividades de 2016. Sicredi João Pessoa (PB)

ANEXO C

BALANÇO PATRIMONIAL 2017

BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		747.076	660.794	CIRCULANTE		224.808	171.629
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	7.227	1.359	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	180.259	120.657
Disponibilidades		7.227	1.359	Depósitos à Vista		125.044	91.764
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		471.529	350.462	Depósitos a Prazo		55.215	28.893
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	471.529	350.462				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	247.515	290.715	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.309	1.748
Operações de Crédito		264.193	304.109	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.309	1.748
(Provisão Op. de Crédito de Liq. Duvidosa)		(16.678)	(13.394)				
OUTROS CRÉDITOS		17.137	17.315	OUTRAS OBRIGAÇÕES		43.240	49.224
Rendas a Receber		5.234	7.122	Cobrança e Arrecadação de Tributos		121	95
Diversos	(NOTA 06)	12.050	10.303	Sociais e Estatutárias		26.698	30.137
(Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa)	(NOTA 05)	(147)	(110)	Fiscais e Previdenciárias		701	6.014
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 07)	3.668	943	Diversas	(NOTA 11)	15.720	12.978
Outros Valores e Bens		3.652	900				
Despesas Antecipadas		16	43				
NÃO CIRCULANTE		383.045	346.200	NÃO CIRCULANTE		583.730	537.774
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		383.045	346.200	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		583.730	537.774
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	322.614	292.407	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	565.237	527.227
Operações de Crédito		344.354	305.879	Depósitos a Prazo		565.237	527.227
(Provisão Op. de Crédito de Liq. Duvidosa)		(21.740)	(13.472)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		18.493	10.547
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06)	18.249	15.303	Diversas	(NOTA 11)	18.493	10.547
Diversos		18.249	15.303	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		321.583	297.591
INVESTIMENTOS	(NOTA 08)	28.895	24.732	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 13)	251.630	234.770
Outros Investimentos		28.895	24.732	De Domiciliados no País		325.561	290.276
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 09)	13.196	13.637	(Capital a Realizar)		(73.931)	(55.506)
Imóveis de Uso		12.952	12.874	RESERVAS DE SOBRAS		45.132	39.448
Outras Imobilizações de Uso		5.562	5.125	Reserva de Lucros		45.132	39.448
(Depreciação acumulada)		(5.318)	(4.362)				
INTANGÍVEL	(NOTA 09)	91	121	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(NOTA 13)	24.821	23.373
Outros Ativos Intangíveis		1.215	1.197	Sobras/Perdas acumuladas		24.821	23.373
(Amortização acumulada)		(1.124)	(1.076)				
TOTAL DO ATIVO		1.130.121	1.006.994	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.130.121	1.006.994

Paulo Valério Nóbrega F. de Melo
Diretor Executivo

João Alfredo Falcão da Cunha Lima
Diretor de Operações

Felipe Gurgel de Araújo
Diretor de Negócios

Marcelina Félix dos Santos
CRC-PB 8288/O-5 - CPF 043.354.464-38

Fonte: Relatório de Atividades de 2017. Sicredi João Pessoa (PB)

ANEXO D

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2015

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS		
Em 31.12.2015		Em R\$ 1,00
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/2015	DEZ/2014
Receita da Intermediação Financeira	135.653.162,16	98.700.603,95
Operações de Crédito	110.656.009,19	80.325.744,40
Resultado Oper. com Tít. e Valores Mobiliários	410,69	395,71
Resultado da Centralização Financeira	24.996.742,28	18.374.463,84
Despesa da Intermediação Financeira	(65.158.760,63)	(39.095.636,49)
Operações de Captação no Mercado	(55.322.839,99)	(33.872.939,11)
Provisão para Créd. Liq. Duvidosa	(9.835.920,64)	(5.222.697,38)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	70.494.401,53	59.604.967,46
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(41.278.209,63)	(28.106.496,00)
Receita de Prestação de Serviços	4.413.082,44	3.990.618,50
Despesas de Pessoal	(12.026.997,09)	(8.948.959,17)
Outras Despesas Administrativas	(4.761.272,45)	(3.676.789,95)
Despesas Tributárias	(251.855,82)	(142.859,82)
Resultado de Partic. Colig. e Controladas	(224,00)	-
Outras Receitas Operacionais	3.608.252,21	3.473.500,61
Outras Despesas Operacionais	(32.259.194,92)	(22.802.006,17)
Resultado Operacional	29.216.191,90	31.498.471,46
Resultado Não Operacional	50.926,10	307.352,83
Resultado Antes da Tributação	29.267.118,00	31.805.824,29
Imposto de Renda e Contribuição Social	(76.209,45)	(71.828,95)
Provisão Para Imposto de Renda	(38.542,33)	(37.604,56)
Provisão Para Contribuição Social	(37.667,12)	(34.224,39)
Participação no Resultado	(844.579,83)	(497.533,22)
Participação no Resultado	(844.579,83)	(497.533,22)
Resultado Antes das Destinações	28.346.328,72	31.236.462,12
Destinação das Sobras	(7.285.743,09)	(7.999.365,41)
Fates	(1.404.039,04)	(1.549.139,79)
Reserva Legal	(5.616.156,17)	(6.196.559,13)
Fates sobre atos não cooperativos	(265.547,88)	(253.666,49)
Sobras Líquidas do Exercício	21.060.585,63	23.237.096,71
<div> <div>João Bezerra Júnior Diretor Presidente</div> <div>Paulo Valério Nóbrega F. de Melo Diretor Administrativo</div> <div>João Alfredo Falcão da Cunha Lima Diretor Financeiro</div> <div>Marcelina Félix dos Santos CRC-PB 8288/O-5 - CPF 043.354.464-38</div> </div>		

Fonte: Relatório de Atividades de 2015. Sicredi João Pessoa (PB)

ANEXO E

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2016

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Em milhares de Reais

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	TOTAL	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	TOTAL	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	TOTAL
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	59.225		59.225	140.622		140.622	145.038		145.038
Operações de Crédito	59.225		59.225	140.622		140.622	145.038		145.038
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(41.699)		(41.699)	(106.828)		(106.828)	(100.989)		(100.989)
Operações de Captação no Mercado	(34.792)		(34.792)	(67.650)		(67.650)	(55.323)		(55.323)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.907)		(6.907)	(39.178)		(39.178)	(45.666)		(45.666)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.526		17.526	33.794		33.794	44.049		44.049
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊND. E DESP. OPER.	14.464	539	15.003	25.267	437	25.704	8.846	349	9.195
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	-	721	721	-	1.418	1.418	-	1.223	1.223
Rendas de Tarifas Bancárias	2.253	-	2.253	4.149	-	4.149	3.190	-	3.190
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.112)	(57)	(7.169)	(12.622)	(598)	(13.220)	(11.766)	(261)	(12.027)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(2.980)	(24)	(3.004)	(5.647)	(47)	(5.694)	(4.722)	(40)	(4.762)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(18)	(68)	(86)	(236)	(2)	(238)	(250)	(2)	(252)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 16)	26.407	-	26.407	47.274	-	47.274	30.053	-	30.053
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 17)	(4.086)	(33)	(4.119)	(7.651)	(334)	(7.985)	(7.659)	(572)	(8.231)
RESULTADO OPERACIONAL	31.990	539	32.529	59.061	437	59.498	52.895	349	53.244
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(396)	(3)	(399)	(662)	(6)	(668)	51	0	51
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	31.594	536	32.130	58.399	432	58.831	52.946	349	53.295
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(41)	(41)	-	(100)	(100)	-	(77)	(77)
Provisão para Imposto de Renda	-	(20)	(20)	-	(50)	(50)	-	(39)	(39)
Provisão para Contribuição Social	-	(21)	(21)	-	(50)	(50)	-	(38)	(38)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	31.594	495	32.089	58.399	332	58.731	52.946	272	53.218
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(687)	(6)	(693)	(949)	(8)	(957)	(838)	(7)	(845)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	30.907	489	31.396	57.450	324	57.774	52.108	265	52.373
DESTINAÇÕES	(12.631)	-	(12.631)	(34.077)	(324)	(34.401)	(31.048)	(265)	(31.313)
Juros sobre o Capital Próprio	(12.631)		(12.631)	(26.286)		(26.286)	(24.028)		(24.028)
Fates - Estatutário				(1.558)		(1.558)	(1.404)		(1.404)
Fates - Com Atos Não Cooperados				-	(324)	(324)	-	(265)	(265)
Reserva Legal - Estatutária				(6.233)		(6.233)	(5.616)		(5.616)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	18.276	489	18.765	23.373	0	23.373	21.061	0	21.061

João Bezerra Júnior
Diretor Presidente

Paulo Valério Nóbrega F. de Melo
Diretor Administrativo

João Alfredo Falcão da Cunha Lima
Diretor Financeiro

Marcelina Félix dos Santos
CRC-PB 8288/O-5 - CPF 043.354.464-38

Fonte: Relatório de Atividades de 2016. Sicredi João Pessoa (PB)

ANEXO F

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS 2017

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Em milhares de Reais

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016		
	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	TOTAL	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	TOTAL	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	TOTAL
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	50.900	-	50.900	105.916	-	105.916	116.848	-	116.848
Operações de Crédito	50.900	-	50.900	105.916	-	105.916	116.848	-	116.848
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(30.899)	-	(30.899)	(73.713)	-	(73.713)	(83.054)	-	(83.054)
Operações de Captação no Mercado	(23.652)	-	(23.652)	(55.001)	-	(55.001)	(67.650)	-	(67.650)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.247)	-	(7.247)	(18.712)	-	(18.712)	(15.404)	-	(15.404)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.001	-	20.001	32.203	-	32.203	33.794	-	33.794
OUTROS INGRESSOS E REC./DISPÊNDIOS E DESP. OPER.	8.748	(579)	8.169	22.418	(1.043)	21.375	25.267	437	25.704
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	-	924	924	-	1.756	1.756	-	1.418	1.418
Rendas de Tarifas Bancárias	2.605	-	2.605	5.057	-	5.057	4.149	-	4.149
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.317)	(107)	(8.424)	(15.926)	(185)	(16.111)	(12.622)	(598)	(13.220)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	(4.642)	(388)	(5.030)	(8.473)	(714)	(9.187)	(5.647)	(47)	(5.694)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(74)	(1)	(75)	(151)	(2)	(153)	(236)	(2)	(238)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	22.935	61	22.996	48.982	89	49.071	47.274	-	47.274
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(3.759)	(1.068)	(4.827)	(7.071)	(1.987)	(9.058)	(7.651)	(334)	(7.985)
RESULTADO OPERACIONAL	28.749	(579)	28.170	54.621	(1.043)	53.578	59.061	437	59.498
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(429)	(429)	-	(827)	(827)	(662)	(6)	(668)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	28.749	(1.008)	27.741	54.621	(1.870)	52.751	58.399	432	58.831
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	(100)	(100)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	(50)	(50)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	(50)	(50)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	28.749	(1.008)	27.741	54.621	(1.870)	52.751	58.399	332	58.731
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(540)	(7)	(547)	(1.033)	(12)	(1.045)	(949)	(8)	(957)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	28.209	(1.015)	27.194	53.588	(1.882)	51.706	57.450	324	57.774
DESTINAÇÕES	(9.968)	-	(9.968)	(30.392)	-	(30.392)	(34.077)	(324)	(34.401)
Juros sobre o Capital Próprio	(9.968)	-	(9.968)	(23.287)	-	(23.287)	(26.286)	-	(26.286)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.421)	-	(1.421)	(1.558)	-	(1.558)
Fates - Com Atos Não Cooperados	-	-	-	-	-	-	-	(324)	(324)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(5.684)	-	(5.684)	(6.233)	-	(6.233)
SOBRAS/PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	18.241	(1.015)	17.226	23.196	(1.882)	21.314	23.373	-	23.373

Paulo Valério Nóbrega F. de Melo
Diretor Executivo

João Alfredo Falcão da Cunha Lima
Diretor de Operações

Felipe Gurgel de Araújo
Diretor de Negócios

Marcelina Félix dos Santos
CRC-PB 8288/O-5 - CPF 043.354.464-38

Fonte: Relatório de Atividades de 2016.Sicredi João Pessoa (PB)